



O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro

Apontamentos para uma revisão historiográfica

Marcos Napolitano¹

Resumo

Este ensaio historiográfico sobre o golpe militar de 1964 e o regime militar que se seguiu, desenvolve-se em três frentes de reflexão: 1) Propõe um balanço crítico da bibliografia produzida desde os anos 1990; 2) Sugere novos temas e abordagens para uma história política e cultural do período; 3) Discute as imbricações entre história e memória nas reflexões acadêmicas sobre o regime militar. A partir destes três eixos, são analisados os papéis dos atores, instituições e correntes políticas, bem como revisadas as durações, periodizações e ritmos históricos consagrados pela bibliografia estabelecida em torno da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: regime militar, historiografia, história política, Brasil

Abstract

This historiographical essay on the 1964 military coup and the military regime that followed, is developed in three areas of reflection: 1) It proposes a critical review of the literature produced since the 1990s, 2) it suggests new topics and approaches for a political and cultural history of the period, 3) it discusses the interplay between history and memory in academic reflections on the military regime. From these three areas, the essay analyzes the roles of actors, institutions and political currents as well as revising durations, periodizations and historic rhythms enshrined in the existing historical literature on the Brazilian military dictatorship.

Key words: military regime, historiography, political history, Brazil

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); professor na USP.



No dia 31 de março de 1964, um levante militar, amplamente apoiado por forças civis, pôs fim não apenas ao governo reformista do Presidente João Goulart, mas também ao regime político conhecido como IV República ou República de 1946.² O regime democrático e constitucional que, por sua vez, nascera de um golpe militar contra o Estado Novo de Getúlio Vargas, caía diante de outro golpe contra um dos herdeiros do getulismo em sua fase dita “populista-democrática”.³ O esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias –a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação⁴ e a reforma agrária– seria substituída por um regime militar anticomunista e anti-reformista, pautado por uma política desenvolvimentista sem a contrapartida distributivista.

À bem da verdade histórica, não se pode dizer que os governos militares brasileiros que se sucederam entre 1964 e 1985 foram homogêneos. Exemplo disso é que as dinâmicas das políticas setoriais –econômica, social, relações exteriores, direitos políticos e direitos humanos– variou significativamente de general para general no poder. O que unificava os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição à política de massas, ou seja, a incorporação das massas no jogo político e eleitoral. Estes dois princípios conviviam com a obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de “segurança e desenvolvimento”. De resto o regime não tinha uma ideologia ou uma política de governo constante e coesa. A Doutrina de Segurança Nacional até fornecia alguns princípios de condução política e organização do Estado, mas não chegava a ser uma ideologia de mobilização das mentes e apelo aos corações. Estava muito mais para um conjunto de diretrizes para ler a Guerra Fria e que se notabilizava pela sua ênfase na despolitização da sociedade e na tutela sobre o Estado por parte das Forças Armadas em nome do controle da subversão interna e defesa do Ocidente.⁵

A literatura acadêmica sobre o golpe e o regime

Convivendo com a memória hegemônica sobre o golpe e o regime militar, há também uma perspectiva histórica bem estabelecida, construída pela literatura acadêmica. Esta perspectiva histórica, entretanto, é mais fruto das reflexões feitas por sociólogos e cientistas políticos, do que dos trabalhos propriamente historiográficos, feitos por historiadores de ofício. Entre os temas ligados ao estudo do regime militar, apenas o tema da resistência, sobretudo a guerrilha de esquerda (e seus desdobramentos) e da censura constitui um campo bem pesquisado e mapeado pelos historiadores.⁶ A sociologia tinha seu foco em questões estruturais, buscando explicações sistêmicas

2 Para um balanço da “República de 46” ver Jorge Ferreira, “Apresentação”, *Revista Tempo*, UFF, Niterói, 28 (2010); Antonio Lavareda, *A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro 1946-1964* (Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999); Glaucio Dillon Soares, *A democracia interrompida* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001).

3 O termo “populismo” vem sendo revisto criticamente pela historiografia brasileira e seu uso indiscriminado para explicar o regime que vigorou entre 1946 e 1964 também está sendo repensado. Ver Jorge Ferreira e Angela de C. Gomes, *Populismo e sua história* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001)

4 Aqui me refiro, sobretudo, à proposta para permitir que os analfabetos votassem, que à época constituíam cerca de 40% da população brasileira.

5 Joseph Comblin, *A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980, 3ªed).

6 Daniel Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro* (São Paulo: Brasiliense, 1989); Jacob Gorender, *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada* (São Paulo: Atica, 1987); Marcelo Ridenti,



para o golpe e para a natureza do regime. Em linhas gerais, para os trabalhos mais paradigmáticos da sociologia o golpe era o epílogo em uma forma de gestão política das pressões distributivas que dificultavam a acumulação de capital em situações de dependência e subdesenvolvimento.⁷ Depois da vaga sociológica e das explicações marxistas para o golpe e para o regime, fortes nos anos 1960 e parte dos anos 1970, a ciência política ganhou força entre os anos 1980 e 1990. Seus autores mais importantes recolocaram a ação política como eixo da análise, relativamente autônoma em relação à economia.

Dois trabalhos muito influentes oriundos desta área de conhecimento foram *1964: A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss e *Estado e Oposição no Brasil – 1964/1984*, de Maria Helena Moreira Alves.⁸ Ambos foram, originalmente, teses de doutorado desenvolvidas no exterior, mais precisamente na Universidade de Glasgow e no MIT, respectivamente. René Dreifuss aprofunda a análise do papel a conspiração da direita civil calcada no empresariado brasileiro com ligações transnacionais. Apoiado em vasta documentação, demonstra a luta por hegemonia levada a cabo pela direção política da burguesia associada ao capital multinacional que se concretiza na “conquista do Estado”. O livro colocou nova luz sobre a organização empresarial materializada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgãos que ao lado da Escola Superior de Guerra formaram o *think tank* golpista e orquestraram a “desestabilização” do governo João Goulart. O foco de Maria Helena Moreira Alves está mais ligado à dialética entre Estado e oposição, demonstrando a relação ativa e reativa entre os dois campos de força política.

Outra corrente da ciência política, calcada nos modelos teóricos funcionalistas que sublinham a racionalidade dos atores institucionais, deu menos ênfase ao golpe como resultado da conspiração perfeita e de um projeto ideológico coerente que, negando o regime e o sistema de partidos anteriores, pautou o regime militar nos anos subseqüentes. Alfred Stepan foi um dos precursores desta corrente explicativa, expressada no seu livro *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira* (originalmente uma tese defendida em 1969, na Universidade de Columbia).⁹ Neste livro, Stepan lança algumas teses de alto impacto na explicação dos fatores políticos que levaram ao golpe. Entre elas, a idéia de que as Forças Armadas são um subsistema do sistema político mais amplo, pautando sua ação a partir da busca da unidade interna e de uma ação “moderadora”, reequilibrado, ainda que de maneira autoritária, o sistema político em crise, ameaçado pelas pressões ideológicas e movimentos sociais não institucionalizados. Para Stepan, o golpe militar rompe com este padrão de intervenção militar na política, fazendo com que o Exército reaja de maneira inusitada, historicamente falando, aos descaminhos do governo Goulart, ao permanecer no poder sob a forma de um regime autoritário. A partir deste trabalho inicial, e revisando muitos dos seus pontos, Wanderley Guilherme dos Santos apresenta na Universidade

O fantasma da Revolução Brasileira (São Paulo: Unesp, 2010). Sobre a censura, o sistema repressivo e a propaganda ver Carlos Fico, *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar* (Rio de Janeiro: Record, 2001); C. Fico, *Reinventando o otimismo* (Rio de Janeiro: FGV, 1997).

7 Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971); Fernando H. Cardoso, “Associated-dependent development: theoretical and practical implications” em Alfred Stepan (editor), *Authoritarian Brazil* (New Haven: Yale University Press, 1973); Francisco Oliveira, *Economia Brasileira: crítica à razão dualista* (São Paulo: CEBRAP, 1975).

8 R. Dreifuss, *1964: A conquista do Estado* (Petrópolis: Vozes, 1981); Maria Helena M. Alves, *Estado e oposição no Brasil, 1964–1984* (Petrópolis: Vozes, 1984).

9 A. Stepan, *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira* (Rio de Janeiro: Artenova, 1975).



de Stanford a sua tese *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira* em 1979. Nela o autor defende a tese da “paralisia decisória” do Governo João Goulart como fator político crucial da crise. Esta, por sua vez, seria menos o reflexo das disputas classistas genéricas por interesses materiais, e mais o resultado da dispersão dos recursos de poder em atores radicalizados e pouco dispostos a abrir mão das suas posições político-ideológicas em nome da negociação flexível na direção das mudanças políticas desejadas pelos atores. Portanto, o golpe decorre mais desta incapacidade de ação do que da reação às políticas reformistas do governo.

Argelina Figueiredo produziu outro trabalho de grande impacto no debate sobre o golpe de 1964. Seu livro *Democracia ou reformas* parte de uma série de recusas, apontando outro modelo de análise do golpe militar.¹⁰ A autora recusa o modelo sociológico determinista e economicista, mas também de desvia da idéia de Wanderley Guilherme dos Santos que explica a paralisia decisória como fruto da fragilidade estrutural de alianças no Legislativo durante o regime de 1946. Argelina, por outro lado, destaca o papel ativo dos atores políticos institucionais, sobretudo o Poder Executivo e a Presidência da República na produção da crise que desaguou no golpe militar. Ao radicalizar posições e pressionar o Congresso na direção das Reformas de Base, o Executivo teria fechado as portas para a negociação e para a construção das reformas estruturais possíveis dentro da ordem democrática. A conclusão da análise calcada neste raciocínio é que os atores vitimados pelo golpe produziram o contexto político que o possibilitou.¹¹

Se os autores mais à esquerda como René Dreifuss recuperavam a ação política sem tomá-la como autônoma em relação aos interesses classistas e materiais, a linhagem funcionalista da ciência política, mesmo sem recusar totalmente os paradigmas explicativos marxistas mais sistêmicos, destacou o papel do sistema político e dos atores na produção da crise, em movimento não completamente dependente da economia e das conspirações de classe.

A outra novidade dos anos 1990, foi o lançamento dos livros da série *A memória militar sobre...* em três volumes intitulados *O Golpe, A repressão, A Abertura*.¹² Esta foi uma produção acadêmica de grande impacto dava voz aos atores e protagonistas golpistas, até então paradoxalmente silenciados pela memória histórica hegemônica pelo eixo da resistência-oposição ao regime. Já no primeiro livro aparece a figura da “utopia autoritária” construída a partir da visão dos depoentes de que o golpe e o regime tinham sido fundamentalmente reativos ao sistema política anterior, partindo do pressuposto de que as Forças Armadas eram a reserva política e moral da nação brasileira e, portanto, sua missão histórica era extirpar o conflito produzido pela corrupção e venalidade dos políticos civis, evitando que se abrisse uma brecha para o comunismo. Obviamente, os autores Maria Celina D’Araujo e Gláucio Dillon Soares não chegam a endossar tal auto-representação, mas confirmam a tese de que a cara do regime e sua dinâmica política tinha sido dada pelos “radicais”, pela “linha dura” que mudou a característica inicial do golpe, feito em nome da defesa da “constituição” e da “democracia”.

10 Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993).

11 Uma das críticas mais contundentes a este revisionismo se encontra em Caio Navarro Toledo, “1964: golpismo e democracia: As falácias do revisionismo”, *Crítica Marxista* 19 (2004), 44-5. Neste artigo, Toledo reitera sua visão de “golpe preventivo” como resposta ao acirramento da luta de classes e à política reformista durante o governo Goulart.

12 Gláucio D. Soares y María D’Araujo, *A memória militar sobre o golpe, A memória militar sobre a repressão, A memória militar sobre a abertura* (Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994-5).



Não é por acaso que estes trabalhos vem sendo foco de revisões e sistematizações por parte de historiadores.¹³ Pautados por um olhar funcionalista ou excessivamente palaciano acabam por sobrevalorizar o poder decisório dos atores individuais ou institucionais, concebendo a política, ou melhor, a história política, como uma sucessão de erros e acertos na manutenção do equilíbrio sistêmico e dos canais de negociação. A crise e a indeterminação como dimensões constituintes da política são pouco levadas em conta e quando o são, devem ser explicadas por fatores estruturais, notadamente econômicos e ligados aos interesses classistas. A pergunta que fica aos historiadores dispostos a revisar o golpe de 1964 e o regime que se seguiu é acerca da possibilidade de fazer uma história política que aponte para novos padrões explicativos, mediando fatores estruturais e classistas e fatores políticos e idiossincráticos no desfecho da crise política.

Uma nova pauta historiográfica

O debate deste tema na literatura de ciências sociais tem sido marcado por polaridades explicativas, consagrando alguns modelos básicos de análise: inevitabilidade do Golpe ou “opção” política dos atores? Crise sistêmica de natureza político-econômica ou conspiração bem sucedida; dinâmica interna ou intervenção imperialista dinâmica política errática ou pautada por um projeto estratégico (a Doutrina de Segurança Nacional) aberta às inflexões e ajustes no tempo?

O desafio é articular e ponderar estes grandes eixos explicativos conforme momentos precisos do processo histórico-diacrônico que levou ao golpe, sem explicar o processo pelo seu desfecho ou a dinâmica política do regime pela memória dos seus protagonistas, do governo ou da oposição. A primeira perspectiva enseja a renovação da perspectiva contraditória da ação política marcada pelo conflito que pode ou não se institucionalizar, que pode ou não ser absorvido pelo sistema, sem que isto seja explicado pela impostura ou “erro” dos atores. A segunda questão enseja uma historicização da memória, paralela à autocrítica historiográfica que faça perceber o quanto de memória habita na história (e na historiografia).

Cabe perguntar, portanto qual seria o papel da historiografia de ofício no debate sobre os regimes militares latino-americanos, além de fornecer narrativas empíricas, quando muito baseadas em problemáticas teóricas geradas pelas outras ciências sociais. Esta resposta vem sendo construída por inúmeros trabalhos de historiadores sobre o governo João Goulart, o golpe de 1964. Os trabalhos de Rodrigo Patto e Jorge Ferreira vem dando novo alento à historiografia destes temas.¹⁴ Mesmo mantendo algumas perspectivas de análise geradas pelos trabalhos de sociologia e ciência política, nestes trabalhos é possível notar uma nova pauta de questões, problemáticas e novas fontes primárias.

A meu ver, qualquer pauta historiográfica renovadora sobre o regime militar brasileiro deve se debruçar os quatro processos históricos centrais que, não por acaso, também são temas de visões e revisões no plano da memória: o golpe, a guerrilha, a repressão e a transição. Cabe à historiografia desfazer mitos construídos pela memória e analisar estes processos de maneira articulada,

13 C. Fico, “Visões e controvérsias sobre o golpe militar de 64”, *Revista Brasileira de História* 24/47 (2004), 29-60; Marcelo Badaró Mattos, “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”, *Revista Brasileira de História* 28/55 (2008), 245-63; Lucilia Delgado Neves, “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”, *Tempo*, UFF, 28 (2009), 123-42.

14 Rodrigo Patto, *Jango e o golpe de 64 na caricatura* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2004); J. Ferreira e A. de C. Gomes, *Jango: as múltiplas faces* (Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006); R. Patto et al. (orgs), *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois* (Bauru: EDUSC, 2004).



compreendendo os efeitos das ações ao longo do tempo, com suas durações e fixações na forma de leis e instituições e narrativas.

Se não é mais possível para a historiografia à esquerda e crítica ao golpe e ao regime, manter um tom passional e míope na análise do regime, sob pena de julgá-lo, mas não compreendê-lo, por outro lado, o criticismo historiográfico não pode cair em armadilhas ideológicas colocadas pelo revisionismo historiográfico liberal¹⁵ que entendem o governo Jango como paradigma da incompetência administrativa, populismo irresponsável e impostura ideológica da esquerda como um todo. Este tom adjetivado se afirmou por ocasião dos debates que marcaram os 40 anos do golpe, cujo saldo final parece ser o de condenar historicamente os derrotados de 1964 pelo seu radicalismo, cobrando-lhes uma postura política que só seria possível, justamente, a partir de uma reflexão sobre a derrota e sobre o fim dos projetos de revolução armada que marcaram a virada dos anos 1960 para os anos 1970. Tal operação pode soar anacrônica menos pelo fato de apontar o radicalismo dos atores da época, e mais por considerá-los co-responsáveis por um golpe de estado de direita. Outro resultado deste revisionismo é igualar uma agenda democratizante, ainda que inconsistente politicamente, a um projeto de golpe de estado o que, ao fim e ao cabo, foi usado como justificativa ideológica do golpe. O mais grave, do ponto de vista historiográfico, é que temas como “radicalismo dos atores”, “paralisia decisória” e “golpe reativo” como conceitos explicativos de 1964 esfumam pontos ainda obscuros que precisam ser mais estudados, como veremos a seguir.

Em relação ao governo João Goulart (1961-1964) seria necessário analisar o impacto da agenda de reformas na reação da direita e dos “autoritários de crise”. Esta agenda nunca se materializou em um projeto consistente e orgânico, menos por uma questão de “paralisia decisória”, e mais pela dinâmica política do período, que mesmo privilegiando o Congresso não poderia fechar canais à política de massas que se esboçava. Dois pontos desta agenda, já sublinhados em importantes trabalhos –o voto do analfabeto e a questão agrária são particularmente importantes.¹⁶ Os debates e posicionamentos dos atores (e instituições) acerca destes dois pontos, ao lado obviamente das políticas nacionalistas de gestão do capital internacional não devem ser menosprezados como elementos da crise, sobretudo após 1963. Pensado no plano da média duração histórica, estava em curso um plano de construção de um partido de massas de tipo “trabalhista” (reformista moderado) para disputar o jogo eleitoral e a reação a esta hegemonia crescente pode ter explicado a tensão nas alianças legislativas e sustentações políticas, desde, ao menos, meados do segundo governo Vargas. Estas considerações gerais implicam numa hipótese, já sabida por alguns protagonistas da época: Jango caiu por ser um negociador em um momento em que não havia sustentação à esquerda, nem à direita para tal. Ainda sim, a equivalência de um projeto golpista à direita e à esquerda pelo fato desta politizar as ruas e exigir “reformas na marra” (leia-se, mediante uma Assembléia Constituinte) soa como o triunfo ideológico do conservadorismo institucionalista que considera ilegítima qualquer correção nas instituições e no arcabouço legal de uma sociedade política. O vigor de qualquer democracia implica na articulação destas duas instâncias sem risco de anomia ou guerra civil.

15 Esta posição assumidamente liberal em relação ao golpe militar e ao governo Jango pode ser vista em Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada* (São Paulo: Cia das Letras, 2003) e Marco Antonio Villa, *Jango: um perfil* (Rio de Janeiro: Globo, 2004). Nestes livros, ao lado da crítica ao “populismo” e à “demagogia” das esquerdas reformistas, reafirma-se a tese que o golpe foi produzido como uma reação à impostura de João Goulart e à “irresponsabilidade” política das esquerdas.

16 Aspásia Camargo, “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”, em Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III: *Brasil Republicano* (São Paulo: DIFEL, 1986), 121-224.



Ainda em relação ao golpe, parece-me claro de que se trata de um golpe civil-militar, com tem enfatizado a historiografia atual, que se transmuta em um regime militar.¹⁷ Entretanto, ainda seria necessário aprofundar o papel ativo do Congresso (ou melhor, de forças hegemônicas nesta instituição do sistema político brasileiro) na transformação do levante militar de 31 de março em golpe de estado, culminando no episódio da “vacância da Presidência” e da eleição do General Castelo Branco em 9 de abril.¹⁸ A meu ver, estes dois episódios expressam uma cumplicidade de parte do sistema político com o golpe de estado, que mais tarde custaria caro ao próprio Congresso Nacional. Portanto, qualquer aprofundamento historiográfico sobre este processo deve situá-lo em três dimensões com durações, ritmos e eventos que são conexos, porém não coincidentes: (i) a *conspiração* propriamente dita que opunha setores civis e militares contra o varguismo e seus herdeiros; (ii) o levante militar contra Goulart, evento de curtíssima duração que envolve os dias 31 de março e 1 de abril de 1964; (iii) o golpe de estado propriamente dito, que começa com o reconhecimento institucional da deposição do presidente pelo Congresso e termina com a edição do Ato Institucional (9/4) e a eleição indireta do general Castelo Branco (13/4). O grande problema da historiografia brasileira e a memória social que a informa é que estes três processos são analisados como se fossem conseqüências diretas um do outro ou como se um determinasse o outro. Salvo melhor juízo, penso que a crítica historiográfica seria mais adensada se eles fossem analisados como dimensões conexas de um processo descontínuo, tornado linear no plano das narrativas que o fixaram como evento.

Legitimado pelo Congresso, os militares no poder não abriram mão de uma agenda própria de ação política, desencadeada pelo primeiro governo do novo regime, antes mesmo do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5). Estas ações foram informadas pelas seguintes estratégias: (i) destruição de uma elite política reformista, (ii) tutela sobre o corpo político (iii) repressão policial e controle jurídico dos movimentos sociais. Apesar destas ações sinalizarem para uma nova forma de ocupação do Estado, o golpe apoiado pela elite política conservadora, ancorada na União Democrática Nacional (UDN) e em boa parte do centrista Partido Social Democrático, foi visto como evento passageiro conforme modelos de 1945.¹⁹ Os conflitos entre o poder Legislativo e Executivo pós-golpe de 1964 foram produtos da percepção crescente de que se tratava de um novo regime voltado para uma reforma autoritária do sistema político em complemento à tutela sobre o corpo social. Se este era até aceito pelos conservadores, o primeiro processo logo se desgastou, explicando o estranhamento liberal diante do Leviatã que eles mesmos ajudaram a criar.

A construção do Regime é um ponto que remete a uma questão básica: em que momento o golpe de Estado se transformou em um regime político? O Ato Institucional nº 2 (AI-2) ou AI5 tem dividido as explicações dos analistas neste sentido, transformando-se em lugares de memória

17 Se houve participação ativa dos civis no golpe, a partir de 1965, sobretudo, o topo do sistema político e os processos decisórios de alto-nível ficam restritos ao alto comando das Forças Armadas, acessorados por intelectuais orgânicos civis (a “tecnocracia”). Obviamente, a elite econômica civil foi sócia e beneficiária do regime militar, com seus prepostos desempenhando papel central na alta burocracia.

18 Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional, em sessão tumultuada, conseguiu aprovar oficialmente a “vacância da Presidência da República”, com o presidente João Goulart ainda em território nacional. Este golpe institucional abriu caminho e legitimou os golpistas, culminando na eleição indireta de Castelo Branco, líder golpista, em 9 de abril de 1964.

19 A intervenção militar que depôs Getúlio Vargas em outubro de 1945, encerrando o chamado “Estado Novo” implantado em 1937, teve apoio liberal e foi seguida pela convocação de uma Assembléia Constituinte e de eleições gerais.



e esquecimento, para além do seu aspecto jurídico-político.²⁰ Neste ponto, a historiografia ainda precisa aprofundar a função histórica dos Atos Institucionais para além da mera “fachada” legalista do regime.²¹ Por outro lado, é preciso revisar o papel dos grupos militares e suas posições nos momentos de “crise” tomado aqui como conceito analítico e imaginário político a um só tempo. Ainda há muito que pesquisar entre as relações entre o autoritarismo institucional e a repressão direta e violenta. Ao contrário da visão de que se tratava de um “porão do regime”, virtualmente incontrolável e autônomo, é preciso conhecer melhor as relações orgânicas entre um e outro. Esta questão remete ao papel da legislação na repressão política, nas escalas de violência legal e para-legal, implicando em variadas formas de controle, tutela, repressão, sobre os diversos atores sociais e políticos. Pensar o regime desta forma é entender melhor a utopia autoritária da “democracia sem povo”, além de sublinhar a tortura como sistema e não como mero desvio patológico de alguns indivíduos a serviço do poder.

O processo de “abertura” e “transição” necessitam de revisão historiográfica, implicando no aprofundamento da análise a partir de novas bases heurísticas de certos processos. A relação entre o processo de transição e a construção da memória vem sendo muito bem analisada pela historiografia, apontando-se para a reconstrução dos discursos e identidades políticas após 1979, tendo a Anistia e a conseqüente recomposição do quadro político-partidário brasileiro um papel fundamental na ressignificação da resistência ao regime. As teses mais ligadas à corrente institucionalista pode dificultar a compreensão das tensões e interações entre o projeto oficial de distensão/abertura e a pressão político-social, seja por parte da oposição liberal, seja por parte das oposições e movimentos de esquerda.²² Por um lado, a longa abertura conseguiu realizar uma saída pactuada e uma transição “dentro da ordem”, com a preservação do papel dos militares como tutores do sistema político no governo Sarney e a garantia de impunidade às violações dos Direitos Humanos.

Finalmente, o grande tema ao qual a historiografia tem contribuído é a chamada “batalhas da memória”, que faz com que os herdeiros ideológicos de militares, liberais, comunistas, nova esquerda revisem os discursos construídos pelos protagonistas, ora para reiterá-los, ora para desconstruí-los.²³ Em que pesem as revisões que começam a tomar conta dos debates acadêmicos, ainda predominam, sobretudo na mídia e nos atores político-sociais, as visões dicotômicas que analisam o regime como um jogo desigual entre heróis e vítimas, sociedade contra Estado, militares contra civis. Trata-se de um desafio para a historiografia – composta por historiadores naturalmente posicionados dentro do espectro ideológico brasileiro – incorporar criticamente as matérias de memória geradas pelos vários grupos que atuaram e atuam na dinâmica política, perpassada por lutas e disputas complexas. Esta luta se deu em duas dimensões. Uma dimensão envolvida a relação entre o regime e as oposições como um todo (liberais, esquerda civil e esquerda armada). A outra dimensão envolvia a luta política interna entre os diversos grupos políticos que compunham o bloco de poder e os diversos grupos que formavam as oposições. A memória social hegemônica²⁴ apóia-se sobre dois pressupostos: (i) a existência de dois

20 Adriano Codato, “O golpe de 64 e o regime de 68”, *História, Questões e Debates*, UFPR, 40 (2004), 11-36.

21 Maud Chiria, “Le pouvoir en un mot: les militaires brésiliens et la révolution du 31 de mars”, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* (2007), em <http://nuevomundo.revues.org/3887> (consultado em 23/3/2011).

22 Para um balanço crítico sobre o debate da “transição” de regimes autoritários ver A. Codato, “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”, *Revista Sociologia Política* 25 (2005), 83-106.

23 João R. Martins Filho, “A guerra da memória : a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”, *Congrès de l’Associação de Estudos Latino-Americanos*, Dallas, 27-29 mars 2003.

24 Considero a “memória hegemônica” sobre o regime aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujo foco eram as associações de profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa),



grupos militares, os “castelistas” e a “linha dura”, sendo os primeiros mais intelectualizados e liberais e os segundos mais tacanhos e de extrema direita; (ii) a visão monolítica de uma sociedade vitimada pelo arbítrio que teria resistido em bloco, sobretudo depois do AI-5. Nesta lógica binária, a explicação para o recrudescimento da ditadura recai sobre a pressão da “linha dura” sobre a “linha mole”, exigindo mais rigores policiais contra a oposição, sob pena de aprofundar as divisões dentro das Forças Armadas, que causava um grande temor no seio da alta oficialidade. Em certo sentido, esta lógica também funciona como alibi para os civis liberais que apoiaram o golpe de 1964 em nome da luta contra o comunismo e pela “defesa da Constituição de 1946”, haja vista que o golpe teria sido contra a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para modificar a Carta Magna e imprimir-lhe um sentido mais reformista, ante-sala da “comunização” do Brasil. Esta visão histórica considera que os ideais “constitucionalistas” e “liberais” de 1964 foram traídos pela pressão da linha dura que, em confronto com o radicalismo da guerrilha de esquerda, teria exigido um “golpe dentro do golpe”, tal como ficou conhecido a promulgação do Ato Institucional nº5, marco da legislação repressiva do regime, em 13 de dezembro de 1968. Com o AI-5, a ditadura “envergonhada” teria se transformado em “ditadura escancarada”,²⁵ isolando-se da sociedade. A análise crítica sobre os processos de construção e revisão da memória social e histórica sobre o regime militar brasileiro ainda constituem um campo relativamente novo e devem ser mais adensadas nos próximos anos. Até porque, um dos temas da agenda atual do Governo brasileiro é a criação de uma “Comissão da Verdade” que, entre os seus objetivos, busca a superação da cacofonia de discursos (inclusive oficiais) sobre o regime militar, além de selar uma política mais coerente e coesa, na esfera governamental, em relação às violações dos direitos humanos perpetradas à época pelos agentes do estado.²⁶

Estes temas, eventos e processos aqui sumariamente arrolados a título de apontamentos, constituem hoje os pontos centrais de uma nova agenda historiográfica sobre o regime militar brasileiro. A meu ver, devem ocupar a cena dos debates historiográficos dos 50 anos de 1964, que se aproximam.

e os militares no poder. Este divórcio entre antigos sócios por ocasião do golpe de 1964 foi esboçado ainda nos anos 1960, mas plenamente caracterizado apenas no final dos anos 1970, quando passou a se criticar abertamente a censura, o arbítrio e o estatismo (na economia). Neste processo, os liberais incorporaram certos valores e jargões linguísticos da esquerda não-armada (sobretudo, dos comunistas do PCB). O tema da “memória” sobre o regime tem movido um grande debate no meio acadêmico brasileiro. Ver Denise Rollember, “Esquecimento das memórias”, João Roberto Martins Filho (org.), *O golpe de 1964 e o regime militar* (São Carlos: Ed.UFSCar, 2006), 81-91.

25 As expressões são tomadas do *best seller* de Elio Gaspari, editado em 4 volumes pela Companhia das Letras de São Paulo: *A ditadura envergonhada* (2002); *A ditadura escancarada* (2002); *A ditadura derrotada* (2003); *A ditadura encurralada* (2004).

26 Os três princípios que tem regido os processos de superação das violências das ditaduras e seus “crimes contra a humanidade” são, nesta ordem: *verdade, justiça e reparação*. No caso brasileiro a ordem ficou invertida: Desde 1995, há uma ampla “política de reparação” à base de indenizações materiais às vítimas, sem que o Estado democrático tenha conduzido um processo coerente e coeso de apuração da “verdade” e o conseqüente julgamento da cadeia de responsabilidades na violação dos direitos humanos durante o regime militar. Por outro lado, o “esquecimento comandado”, conforme expressão de Paul Ricoeur, imposto pela Lei de Anistia de 1979, é questionado por alguns setores da sociedade, mas esse questionamento não tem sido suficiente para gerar um amplo movimento nas principais forças da arena política brasileira, bem como nas instituições jurídicas no sentido de revisar o auto-perdão do regime aos seus agentes e reverter a impunidade. O tema, inclusive, é foco de conflito entre setores do próprio governo petista desde 2003. O Exército Brasileiro nega, até hoje, qualquer política sistemática de tortura ou desaparecimento de militantes de esquerda, qualificando-a como excessos de alguns agentes.



